

# SIP pede à Constituinte fim do diploma para jornalistas

O Presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Ignacio Lozano, solicitou ontem, em telex enviado ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que a nova Carta estabeleça no País o livre exercício da profissão de jornalista. É a seguinte a íntegra do telex:

"A Sociedade Interamericana de Imprensa, por resolução tomada em São Domingos, na República Dominicana, apela a Vossa Excelência no sentido de

que a nova Constituição estabeleça que seja totalmente livre no Brasil o exercício da profissão de jornalista, advertindo para o dano que poderá causar à profissão a manutenção do parágrafo 3º do artigo 6º do projeto em votação. Levamos ao seu conhecimento que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, estabeleceu em 1985 opinião que assinala que deve ser totalmente livre o exercício da profissão de jornalista."

Ignacio Lozano também enviou telex ao Presidente José Sarney, cuja íntegra é a seguinte:

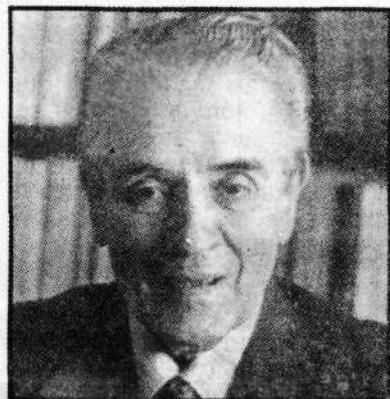
"A Junta de Diretores da Sociedade Interamericana de Imprensa resolveu, durante sua última reunião, em São Domingos, solicitar a seu Governo a imediata suspensão de todas as restrições ao uso de satélites para a transmissão e a recepção de informações pelos meios de comunicação social".

## Jurista: 'Assunto é da alçada da lei ordinária'

SÃO PAULO — O jurista Gofredo da Silva Telles, especialista em Direito Constitucional, disse ontem à noite que a regulamentação da profissão de jornalista é objeto de lei ordinária e que na Constituição deve figurar única e exclusivamente a proibição de censura aos meios de comunicação, como forma de defesa dos direitos humanos.

O comentário do jurista foi feito a propósito de telegrama enviado ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, em que o Presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Ignacio Lozano, pede que a nova Carta estabeleça no País o livre exercício da profissão de jornalista.

Gofredo da Silva Telles salientou que a Constituição deve se limitar a princípios gerais, para não impedir a evolução de uma série de conceitos que auxiliarão o País nas necessidades práticas de cada momento.



Gofredo: Minúcia na Carta fere liberdade

— Muitas vezes, a minúcia constitucional impede a liberdade. A liberdade de imprensa é uma liberdade não somente dos que dirigem os jornais, mas também dos que lêem e, que poderão expressar suas opiniões também — disse Gofredo.

O Diretor de "O Estado de S. Paulo", Júlio César Ferreira Mesquita,

também Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da SIP e Vice-Presidente regional para o Brasil nesta Comissão, disse que a cada seis meses faz um relato sobre a liberdade de imprensa e que no último encontro da entidade, em São Domingos, defendeu a não obrigatoriedade do diploma para os jornalistas.

O Diretor de Redação da "Folha de S. Paulo", Octavio Frias Filho, disse ontem que considera a decisão da SIP "um fato positivo em que se mostra que a profissão de jornalista deve ser exercida livremente, sem a necessidade de diploma". Ele lembrou que a "Folha" não é filiada à SIP.

●SOBERANIA — O Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, confirmou ontem o recebimento do telegrama da Sociedade Interamericana de Imprensa, no qual a entidade apela para que seja livre no Brasil o exercício da profissão de jornalista. Ao comentá-lo, disse que "este é um assunto interno da Constituinte, que é soberana para analisá-lo".

## Grave erro

**NÃO PODE a Assembléia Constituinte ignorar o apelo que lhe enviou a Sociedade Interamericana de Imprensa, a propósito do livre exercício da profissão de jornalista.**

**A RESTRIÇÃO que o texto do projeto mantém — registro profissional só concedido aos diplomados em escolas de comunicação — não apenas impede que a imprensa se beneficie da experiência e da formação teórica de centenas de profissionais. Mais do que isto, limita a liberdade de imprensa e, de maneira mais geral, a própria liberdade de expressão.**

**FOI exatamente essa a conclusão a que chegou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao examinar o tema.**

**A HISTÓRIA nos ensina que, quanto mais "protegida" pelo Estado, menos livre é a imprensa de um País.**

**É evidente que as escolas de comunicação certamente se aprimorarão se os futuros profissionais as procurarem devido à excelência de seu ensino e não apenas tangidos por uma absurda imposição legal.**

**AINDA HÁ tempo para que a Constituinte, resistindo à pressão de um corporativismo estéril, evite o grave erro que ameaça cometer.**

# Presidente conduzirá negociações para o bloco de apoio

Telefoto de Gustavo Miranda



Sant'Anna: urgência para o bloco

BRASÍLIA — O resultado da missão confiada ao Ministro Paulo Brossard, da Justiça, que não obteve sucesso na conversa que teve no fim de semana com o Presidente do PDS, Jarbas Passarinho, levou o Presidente José Sarney a cuidar pessoalmente do entendimento com os Presidentes de partidos, com vistas à formação do bloco de apoio ao Governo no Congresso e na Constituinte. O primeiro contato de Sarney será com o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, na próxima semana.

Depois da conversa com o Ministro Brossard, o Senador Jarbas Passarinho disse que não entraria para as fileiras de um bloco de apoio ao Governo e apenas admitiu a hipótese de examinar a idéia de fundação de um novo partido.

A cautela de Passarinho alertou o Governo para a necessidade de um exame mais detalhado sobre a formação de uma bancada fiel ao Presidente Sarney.

Ontem, em seguida a um encontro com os Ministros da área econômica, no Palácio da Alvorada, o Presidente Sarney discutiu com seus principais assessores políticos a estratégia de criação do bloco de apoio ao Governo no Parlamento.

Estiveram no Alvorada os Ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Borges da Silveira, da Saúde; Iris Resende, da Agricultura; João Alves, do Interior; Jäder Barbalho, da Reforma Agrária; e Hugo Napoleão, da Educação, além dos Líderes Carlos Sant'Anna, do Governo, José Lourenço, do PFL na Câmara, do Assessor Especial Thales Ramalho, do Consultor-Geral da República, Saulo

Ramos, e do Assessor parlamentar, Henrique Hargreaves.

A reunião foi aberta por uma exposição do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que defendeu a urgência da formação do bloco de apoio parlamentar ao Governo, de forma a dar-lhe estabilidade e possibilitar a adoção de medidas de correção da economia.

Em seguida, o Presidente Sarney manifestou preocupação em consolidar a bancada suprapartidária, segundo relatou o Deputado José Lourenço ao deixar o Palácio da Alvorada.

— Todo Governo democrático precisa ter maioria no Legislativo. E esta maioria é fundamental para a estabilidade econômica. No Brasil, quando o Governo não faz maioria, isto tem nome de crise — comentou Carlos Sant'Anna, acrescentando que o Governo não pensa em transformar o pretendido bloco partidário em partido.

Segundo Sant'Anna, o bloco da maioria aglutinará partidos e grupos, resguardando as características próprias de cada segmento político.